

OS INTELLECTUAIS DO INSTITUTO DO CEARÁ E A CONTRIBUIÇÃO DOCUMENTAL PARA A HISTÓRIA, A MEMÓRIA E O ESQUECIMENTO DOS POVOS NATIVOS.

Dra. Ana Alice Miranda Menescal¹

RESUMO: O presente estudo se propõe a analisar a contribuição dos intelectuais do Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará para a sistematização de uma historiografia cearense no que diz respeito aos povos indígenas. A atuação do Instituto do Ceará seguia o indicativo do IHGB para composição de uma história unificada do Brasil, levando em conta as histórias provinciais. Encontra-se disponível uma riqueza de documentos referindo-se aos povos nativos, bem como artigos relativos a eles, entretanto, há ainda muito que discutir a respeito dessas publicações, uma vez que as mesmas contribuíram fortemente para o estabelecimento tanto do que podemos chamar de historiografia oficial do Ceará, quanto da imagem do indígena local. Propomo-nos a pensar a questão ideológica que aparentemente sustenta a imagem do indígena no Ceará do século XIX e princípio do século XX, criando assim uma história, memória e esquecimento dos povos nativos.

PALAVRAS CHAVE: Instituto do Ceará. Indígenas. Memória.

1. O Instituto do Ceará, a pesquisa e a apresentação de documentos.

Desde a fundação do Instituto do Ceará, os intelectuais da agremiação tomaram para si a responsabilidade de fundar a História do Ceará, através da busca incansável de documentos que dissessem respeito às origens da província, mas sem esquecer o compromisso com uma suposta *verdade histórica*. A postura assumida na pesquisa documental não era privilégio dos doutos do Ceará. De modo geral, os filiados aos Institutos Históricos instituídos no território brasileiro pressupunham a mesma atitude. Mesmo após a modificação do método do IHGB em relação às suas publicações, o Instituto do Ceará privilegiará num primeiro momento a publicação de documentos. Poderia tratar-se apenas de opção metodológica inicial, tendo em vista que no ano de fundação do Instituto do Ceará a produção do IHGB já tinha quarenta e nove anos, e a do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco (IAHGP) contava vinte e cinco.

Portanto, a escolha metodológica pode estar vinculada à necessidade momentânea de inserção na história nacional e no interesse em exaltar o processo civilizatório começado pelos portugueses e continuado pelo Instituto do Ceará em busca do destaque da Província no contexto brasileiro.

Expressar a metodologia empregada para utilização dos documentos é apontamento recorrente nos artigos da Revista². O objetivo dos intelectuais vinculados ao Instituto do Ceará

¹ Doutora em História e Cultura do Brasil – Universidade de Lisboa; Mestra em Filosofia – Universidade Estadual do Ceará; Especialista em Estudos Clássicos – Universidade Federal do Ceará; Licenciada em História – Universidade Federal do Ceará. E-mail: ana.alice.menescal@gmail.com

² Vide, por exemplo, CARVALHO, Alfredo. Diário de Mathias Beck. *Revista Trimestral do Instituto do Ceará, Fortaleza, v. 11, n. 21 - janeiro/julho de 2020*

não era a criação de polêmica em torno de seus escritos, mas a veracidade dos fatos. Na constante busca de contribuir para a fundação da ideia de nação brasileira, o Instituto do Ceará inicia apresentando os documentos sobre a história mais antiga da Província. As fontes, até então, eram desconhecidas e, por isso, poderiam parecer numerosas, sendo grandes as dificuldades para realizar a coleta de material. Os membros do Instituto agiam por conta própria, recorrendo aos arquivos locais, nacionais e estrangeiros, os intelectuais do Instituto foram aos poucos fundando uma história, inicialmente em função da nação, depois do Ceará, compilando inúmeros documentos relativos aos primórdios das terras cearenses e das gentes.

Em maioria, os membros da agremiação dividiam as atividades pessoais com a pesquisa, coleta de documentos e produção dos textos para a Revista do Instituto do Ceará. O maior destaque foi o Barão de Studart³, pela dedicação, trabalho e produção em benefício do Instituto e da História do Ceará⁴. A respeito da atuação deste, afirma José Honório Rodrigues:

Na historiografia local ninguém se aventajou ao Barão de Studart, no amor ao estudo, na vastidão da pesquisa, na capacidade de realização. Desenvolvendo um esforço contínuo, persistente e positivo, procurou na Inglaterra, França, Holanda e Itália a matéria-prima reveladora do passado brasileiro. (RODRIGUES, 1978: 95- 96)

O próprio Studart, em carta endereçada a Capistrano de Abreu, datada de 26 de junho de 1893, afirma o interesse pelas pesquisas em História e Geografia, além do exercício da medicina em benefício dos mais carentes⁵. Dos reconhecimentos recebidos pela pesquisa feita da história do Ceará, Studart recebeu também o provindo de Capistrano de Abreu que, em carta de 18 de junho de 1893, elogia a dedicação do Barão à História e Geografia cearenses, ressaltando a importância de seu contributo para os estudos históricos atinentes à terra natal e o destaque do Ceará frente aos outros estados da região (AMARAL, 2003: 111). Lembremos que a maior parte do acervo documental do Instituto do Ceará corresponde à compilação de documentos realizada por Studart ao longo dos anos em que esteve à frente da produção e publicação da Revista do Instituto do Ceará.

Para grande parte da historiografia oitocentista, a validação dos documentos se dá

Fortaleza, v.1, Tomo XVII, Anno XVII, 325-405, 1903, p. III. No referido texto, Alfredo Carvalho, sócio do IAHGP e colaborador da Revista do Instituto do Ceará, expõe o método escolhido para realizar a tradução do texto buscando ser o mais “fiel” possível ao texto original, tendo em vista a necessidade de futuros investigadores em acessar as informações de forma mais próxima possível à escrita e vivência do tempo do texto.

³ Para conhecer a biografia do Dr. Guilherme Studart (Barão de Studart), cf.: *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, Tomo Especial, dedicado ao Barão de Studart, Anno LII, 1938; e, *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, Tomo Especial, 1º Centenário de nascimento do Barão de Studart, Anno LXX, 1956.

⁴ É importante lembrar que àquela época o historiador era uma espécie de compilador de documentos. Na concepção que tinham de si próprios, não era parte de seus atributos o questionamento das fontes documentais ou a interpretação dos documentos; apenas a exposição pretensamente imparcial e objetiva do material para conhecimento da sociedade. No discurso e na prática dos historiadores do Instituto do Ceará assim deveria ser exercida a função.

⁵ Cf. AMARAL, Eduardo Lúcio Guilherme. *Correspondência cordial: Capistrano de Abreu e Guilherme Studart*. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria de Cultura, 2003. (Coleção Outras Histórias), p. 96.

quando estes são considerados oficiais pelas entidades ou instituições responsáveis por lhes atribuir valor, legitimando os registros escritos de um fato. Esse modo de entender e validar a documentação traz a perspectiva de *verdade histórica*, norte dos intelectuais do Instituto do Ceará, entretanto, essa ideia cai por terra, quando compreendemos que as supostas objetividade e neutralidade determinantes daquela produção dizem respeito apenas à ideologia da época⁶. Portanto, as conclusões às quais chegavam a partir da leitura de manuscritos condiziam apenas com uma possibilidade de compreensão da mensagem contida no texto do documento.

Sobre a impossibilidade do homem ser neutro e objetivo, Ricoeur, com Hans-Georg Gadamer, afirma:

não podemos nos abstrair do devir histórico, situar-nos longe dele, para que o passado se torne, para nós, um objeto... Somos sempre situados na história... Pretendo dizer que nossa consciência é determinada por um devir histórico real, de tal forma que ela não possui a liberdade de situar-se em face do passado. (GADAMER apud Ricoeur, 1990: 40)

Dessa maneira, a análise documental exposta pelos sócios do Instituto do Ceará é utilizada simplesmente para a fundação de uma ideologia, ainda que de forma inconsciente⁷.

E pensando o uso dos documentos, temos Durval Muniz de Albuquerque Júnior que destaca a função do historiador:

O historiador conta uma história, narra; apenas não inventando os dados de suas histórias. Consultando arquivos, compila uma série de textos, leituras e imagens deixadas pelas gerações passadas, que, no entanto, são reescritos e revistos a partir dos problemas do presente e de novos pressupostos, o que termina transformando tais documentos em monumentos esculpidos pelo próprio historiador, ou seja, o dado não é dado, mas recriado pelo especialista em História.⁸

Mesmo não se referindo propriamente à lógica historiográfica dos Institutos Históricos, na passagem citada, ao apresentar a função do historiador Durval Muniz tangencia a prática dos intelectuais dessas agremiações. Recorrendo aos documentos, esses letrados encharcados das teorias de sua época e de uma suposta neutralidade científica, se pensarmos o final do século XIX e o início do XX, esculpiam (e frisamos, apenas esculpiam!) a história pretendida verdadeira, marcados, como é óbvio, por toda a mesmidade⁹ que lhes cabia.

Por não possuírem a compreensão de serem incapazes das pretensas neutralidade e

⁶ Cf. RICOEUR, Paul. *Interpretações e Ideologias*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1990; a mesma postura pode ser verificada em *História e Memória* de Jacques Le Goff, especialmente no capítulo intitulado “Documento/monumento” (São Paulo: Unicamp, 1994); conferir também RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. São Paulo: Papyrus, 1997, t. 3.

⁷ Importa ressaltar a época em que a produção desses intelectuais foi pensada. Diante disto, a ideologia construída por eles deve ser compreendida a partir de seu universo cultural. Não há propriamente uma má intenção na atitude assumida por aqueles historiadores. A reflexão aqui exposta leva isso em conta. Nossa intenção é, portanto, apresentar uma chave interpretativa capaz de oferecer subsídios teóricos para compreensão dos nossos documentos.

⁸ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *História: a arte de reinventar o passado. Ensaios de teoria da história*. Bauru, SP: EDUSC, 2007, p. 62-63.

⁹ Sobre mesmidade, conferir: SCHAFF, Adam. *História e verdade*. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1995, p. 284.

objetividade, os sócios do Instituto do Ceará seguiram suas atividades utilizando os documentos em busca da legitimação da história local. Recortando do passado somente o que interessava ao modelo historiográfico da época, em busca da criação de memórias históricas para a população cearense, fragmentando o processo histórico e cristalizando¹⁰ momentos que, segundo seus preceitos, caracterizavam o princípio da luz, da civilização trazida pelos portugueses e continuada por estes senhores.

Interessa-nos salientar o fato de que o velho Barão e seus pares não possuíam esses elementos teóricos à disposição. Por essa razão seguiam preocupados com o respeito aos documentos, acreditando, ou afirmando acreditar, na não interferência nos escritos originais pelo trabalho desenvolvido por eles. Importa ainda ressaltar que o procedimento seguido pelos intelectuais ligados ao Instituto do Ceará bem como aos demais Institutos Históricos, ainda é muito semelhante ao dos anos iniciais do IHGB. É óbvio que ao longo dos anos as ideologias mudaram, o convívio de vertentes de pensamento diversas ficou mais evidente e há, além disso, a publicação de imensa variedade de estudos historiográficos, filosóficos, sociológicos, e de outras áreas de conhecimento, que têm possibilitado um procedimento mais condizente com o estágio científico ora atingido nas ciências humanas. Há, também, a publicação de documentos avulsos, compilações documentais, biografias e elogios biográficos, memórias, crônicas, catálogos bibliográficos e tantas outras modalidades consideradas menores ou ultrapassadas para os moldes historiográficos atuais, praticados nas universidades.

Contudo, é preciso considerar a contribuição dos Institutos Históricos, pois, por longos anos, estas instituições localizavam os documentos e produziam a historiografia nacional, plantando as sementes que possibilitaram muito do mister do historiador pós 1930. Além disso, em certos casos, a criação das universidades esteve vinculada ao empenho de sócios dos Institutos, às discussões realizadas dentro das agremiações, ou em nome destas, como no caso do Ceará.

Sobre as transformações conceituais dentro da produção historiográfica do Instituto, recorremos a Koselleck que, referindo-se à Hayden White, afirma que “toda a história está indissolúvelmente ligada às suas representações historiográficas. Desse ponto de vista, cada texto historiográfico alcançaria, junto aos demais gêneros literários, sua correspondente cota no sistema de comunicação cultural” (KOSELLECK, 2004: 41).

Segundo a afirmação acima, o registro escrito das experiências vividas, isto é, a historiografia de uma sociedade, pode ser determinante para o conhecimento de sua cultura e de suas experiências. As análises iniciais tendo por objeto os povos indígenas no Ceará parecem muito vinculadas às teorias europeias do século XIX, especialmente em razão de serem fruto das

¹⁰ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *História: a arte de reinventar o passado. Ensaios de teoria da história*. Bauru, SP: EDUSC, 2007, p. 206.
Fortaleza, v. 11, n. 21 - janeiro/julho de 2020

pesquisas e estudos realizados pelos membros do Instituto do Ceará e, obviamente, estarem cercadas de imagens europeizadas, quer pela influência teórica, quer pelo imaginário criado em torno dos povos nativos, a partir da leitura de cronistas europeus de séculos anteriores.

Compreendemos que as análises expostas pela intelectualidade cearense dizem respeito à cultura de feição europeia da época e foram determinantes para caracterizar a condição social, política e cultural dos povos indígenas do Ceará no século XIX e as posteriores. Obviamente, estamos a nos referir à construção cultural de uma sociedade constituída como civilizada a partir da presença de europeus no século XVI. Portanto, do fim do século XIX ao princípio do XX, o que se tem por cultura no Ceará e no Brasil é a concepção da sociedade brasileira baseada em inúmeros elementos culturais europeus, no intuito de estabelecer a nacionalidade e a identidade do povo com a sua história.

Lembramos, ainda, que a fundação do Instituto do Ceará se dá quando os povos indígenas da região já tinham sido considerados oficialmente extintos, de acordo com as informações de Cunha Figueiredo Júnior, Presidente da Província, em relatório datado de 9 de outubro de 1863¹¹.

Assim, acontece no Ceará a junção entre o documento oficial e a necessidade ideológico-cultural de promover a civilização da região, uma vez que o discurso evolucionista em voga na Europa colocava a questão racial como explicação da defasagem do Brasil em relação ao velho mundo. Era mais fácil lidar com uma sociedade sem o elemento “selvagem”, ainda que miscigenada, como reconheciam os intelectuais do Instituto do Ceará, do que conviver com a diversidade racial evidente na qual os indígenas ainda não eram considerados extintos ou mesmo assimilados.

2. História, Memória e Esquecimento: a imagem do índio no Ceará

Os institutos históricos brasileiros, desde a fundação, tinham o intuito claro de edificar a identidade nacional, partindo da construção da história oficial que levasse o indivíduo a sentir-se membro de um grupo social mais amplo e a igualmente identificar-se com a história local. Portanto, essas academias eram, desde a criação, moradas não apenas da história, mas também da memória e do esquecimento da sociedade na qual estavam inseridas.

Antes de prosseguir é preciso que pensemos sobre a memória, entendendo a possibilidade da subdivisão em três categorias: individual, coletiva e nacional. Levando-se em consideração que a individual só interessa às ciências sociais quando há interação entre dois ou mais indivíduos, cabe aqui dar atenção às outras duas. A memória coletiva, sustentada pela

¹¹ Cf. *Relatório apresentado à Assembléa Legislativa Provincial do Ceará pelo Excellentissimo Senhor José Bento da Cunha Figueiredo Júnior, por ocasião da instalação da mesma Assembléa no dia 9 de outubro de 1863*. Ceará: Typographia Cearense, 1883, p. 19-20.
Fortaleza, v. 11, n. 21 - janeiro/julho de 2020

interrelações de grupos sociais, busca assegurar coesão e solidariedade nos grupos, mas não é espontânea e precisa ser reavivada sempre para manter-se ativa¹². A memória nacional, por sua vez, não é a simples soma das memórias coletivas da nação, busca manter a aparência de unidade e de integração e para este fim utiliza diversas estratégias, mantendo, distorcendo ou esquecendo elementos que a compõem. A memória nacional é de ordem ideológica e tem a finalidade específica de formular, desenvolver e manter a identidade nacional; por isso não é raro estar associada à atuação das camadas dominantes e de seus interesses para a manutenção da ordem.

Do exposto sobre a definição de memória, bem como de seus tipos específicos, é preciso entender a memória como objeto da História, posto que esta tem caráter crítico (História-problema) e não o caráter narrativo de outros tempos (História-narração). Entretanto, a atuação dos intelectuais do Instituto do Ceará no período entre sua fundação e a morte do Barão de Studart¹³ é caracterizada pela História-narrativa, o que justifica muitos dos critérios utilizados para fundação da historiografia cearense decorrente dos estudos dos agremiados daquela instituição.

Convém ainda retomar algumas questões correlatas ao esquecimento. Segundo Marc Augé (2001:19), a relação entre memória e esquecimento é semelhante à da vida e da morte, uma vez que o conceito de uma só se define pelo da outra. Portanto, o esquecimento não é menor que a memória, aliás, para Augé “fazer um elogio ao esquecimento não é vilipendiar a memória, e ainda menos ignorar a recordação, mas reconhecer o trabalho do esquecimento na primeira e assinalar a sua presença na segunda” (AUGÉ, 2001:19).

Partindo do vínculo orientador da historiografia produzida pelos Institutos Históricos — História, Memória e Esquecimento —, concernentes aos povos nativos do Ceará, tenhamos em conta a construção de sua imagem pelo Instituto do Ceará e como esta determinou o entendimento da sociedade cearense quanto aos primeiros habitantes do território. Quando “desapareceram” os povos indígenas do Ceará? Não se pretende aqui responder a essa questão do ponto de vista da possibilidade de um desaparecimento físico dos nativos¹⁴, mas refletir sobre

¹² Sobre memória coletiva, conferir, além de Maurice Halbwachs, Marc Bloch e Michel Pollak, NORA, Pierre. *Mémoire Collective*. In: LE GOFF, Jacques (org.). **La Nouvelle Histoire**. Paris: CEPFL, 1978.

¹³ Período abrangido pela tese intitulada *Indígenas e Intelectuais: a questão indígena no Instituto do Ceará (1887-1938)*, defendida em 2016, na Universidade de Lisboa, que deu origem ao presente artigo.

¹⁴ Diversos autores já trataram a questão, conferir, por exemplo: PINHEIRO, Francisco José. *Os Povos nativos do Ceará (uma síntese possível)*. In: CHAVES, Gilmar (org.). **Ceará de corpo e alma: um olhar contemporâneo de 53 autores sobre a terra da luz**. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Fortaleza, CE: Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico), 2002; LEITE, Maria Amélia. *O Cearense é um povo caboclo?* In: CHAVES, Gilmar (org.). **Ceará de corpo e alma: um olhar contemporâneo de 53 autores sobre a terra da luz**. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Fortaleza, CE: Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico), 2002; VALLE, Carlos Guilherme Octaviano do. *Aldeamentos indígenas no Ceará do século XIX: revendo argumentos históricos sobre o desaparecimento étnico*. In: PALITOT, Estêvão Martins (org.). **Na mata do sabiá: contribuições sobre a presença indígena no Ceará**. Fortaleza: Secult/Museu do Ceará/IMOPEC, 2009; GOMES, Alexandre Oliveira. *A saga de Amanay, o Algodão, e dos índios da Porangaba*. In: PALITOT, Estêvão Martins (org.). **Na mata do sabiá: Fortaleza, v. 11, n. 21 - janeiro/julho de 2020**

a história criada relativa a esses povos. Trataremos, sim, da ideia de um desaparecimento ideológico, de uma historiografia que de modo seletivo determinou a memória coletiva sobre os indígenas no Ceará.

Mas qual seria a intencionalidade na forma como o Instituto do Ceará desenvolvia suas ideias? É possível ao historiador de hoje recompor o cenário intelectual dos princípios da historiografia cearense? Como a história produzida no Instituto do Ceará poderia contribuir para uma mudança na condição sociopolítica e econômica do Ceará?

É possível, apesar de considerarmos improvável, que não existisse intencionalidade na manipulação de ideias e que esta fosse simples consequência da formação dos próprios intelectuais do Instituto. No entanto, a conjuntura sociopolítica e econômica do Ceará indicava outros caminhos. A visibilidade do Ceará diante da capital do Império não era satisfatória, por nenhum ponto de vista. Vejamos então: a província localizada na região norte¹⁵ ficava muito distante dos grandes centros da nação; suas terras não despertavam grande interesse, não havendo nenhum aspecto físico, social ou econômico que desse relevo ao lugar; portanto, era conveniente para a elite local encontrar meios de inserir o Ceará na história do Brasil, abrindo brechas para destacar a província diante do restante do império. Deste modo, acreditamos que a intelectualidade cearense tenha encontrado os meios a partir de sua produção, ou seja, aspectos da cultura letrada teriam o potencial necessário para realizar os anseios de parte da sociedade cearense. Assim, a história produzida pelo Instituto, especialmente através do Barão de Studart, criou uma imagem da população do Ceará e para esta mesma população. E o recurso associado ao estabelecimento da memória foi o esquecimento.

O esquecimento ou amnésia, como referida por Le Goff, não consiste apenas na perturbação da personalidade do indivíduo, mas pode dizer respeito à perda ou à falta de elementos determinantes da memória coletiva de sociedades, de nações inteiras, acarretando alterações identitárias (LE GOFF, 1996:425). Ou seja, o esquecimento – voluntário ou involuntário - determina os caminhos da memória e da identidade coletiva de um grupo social e neste sentido a produção histórica pode vir a ser compreendida como um importante instrumento de poder, manipulando dados e fatos de tal modo a provocar alterações muitas vezes difíceis de serem contornadas.

Sendo as agremiações de intelectuais lugares tanto de história, quanto de memória e esquecimento, para os letrados do Instituto do Ceará, bem como para qualquer outro grupo

contribuições sobre a presença indígena no Ceará. Fortaleza: Secult/Museu do Ceará/IMOPEC, 2009; PORTO ALEGRE, Sylvia. *De ignorados a reconhecidos: a “virada” dos povos indígenas no Ceará.* In: PINHEIRO, Joceny

(org.). **Ceará terra da luz, terra dos índios: história, presença, perspectiva.** Fortaleza: Ministério Público Federal. 6ª Câmara de Coordenação e Revisão. FUNAI; IPHAN/4ª Superintendência Regional, 2002.

¹⁵ Referimo-nos aqui à região norte, porque era sob a divisão Norte e Sul que se compreendia o território brasileiro no período tratado.

social detentor de algum tipo de poder sobre a sociedade em geral, o controle da memória e do esquecimento é de suma importância para a afirmação social-comunitária. Como sustentou Le Goff:

Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva.¹⁶

Portanto, a manipulação da história, da memória e do esquecimento possivelmente promovida pela elite letrada do Instituto do Ceará, demonstra o intuito de suprimir da história local aquele elemento que acreditavam pesar negativamente sobre a trajetória histórica pertinente ao estado. Desse modo, teriam, os intelectuais cearenses, promovido um retraimento da memória referente à população local, buscando, de tal sorte, a repercussão além-fronteiras e o engrandecimento da província do Norte?^{17 18}. Talvez tenham apenas atuado na edificação de um tipo específico de memória, decorrente do próprio contexto histórico e da memória coletiva do grupo social que compunham. Surge, então, a pergunta: por que a historiografia construída pelos letrados do Instituto do Ceará atingiria tão definitivamente o entendimento da sociedade local sobre o indígena local? Para elucidar esta questão consideremos com Fernando Catroga o seguinte: O sujeito, mesmo antes de ser um *eu*, já está, a um certo nível, imerso na placenta de uma memória que o socializa e à luz da qual ele irá definir, quer a sua estratégia de vida, quer os seus sentimentos de pertença e adesão ao coletivo. (CATROGA, 2009: 13)

É, pois, a experiência em sociedade que determina a identidade, o sentimento de pertença a um grupo, como consequência da memória coletiva estabelecida. E foi essa a importância da atuação dos intelectuais do Ceará, já que a identidade do homem cearense esteve, no final do século XIX e início do século XX, intimamente ligada ao entendimento social, político e científico difundido na produção das agremiações de estudiosos, com especial destaque para o Instituto.

Entretanto, mesmo compreendendo as questões relacionadas ao senso de coletividade do homem, pensar unicamente a memória coletiva seria extrair dele mesmo a condição que o distingue: a da subjetividade. É a subjetividade que lhe permite destacar-se na multidão, tornando-o único em seu grupo social. Assim, uma vez mais citamos Catroga que observa:

¹⁶ Idem, p. 426.

¹⁷ O pensamento de Le Goff a propósito da manipulação da memória e do esquecimento, coincide com o de Marc Augé, quando este se refere ao relativismo cultural. Apesar da argumentação distante, ambos tratam do poder que determinado grupo pode exercer sobre outro. (Cf. LE GOFF, 1996 e AUGÉ, 2001).

¹⁸ Lembramos, uma vez mais, que após a instauração da República, a atuação do Instituto do Ceará permaneceu na mesma linha de interesse, posto que a condição do Ceará diante da nação e seu governo continua a mesma, ou seja, de pouco ou nenhum destaque.

Na experiência vivida, a memória individual é formada pela coexistência, tensional e nem sempre pacífica, de várias memórias (pessoais, familiares, grupais, regionais, nacionais, etc.) em permanente construção, devido à incessante mudança do presente em passado e às alterações ocorridas no campo das re-presentações (ou re-presentificações) do pretérito. Significa isto que a recordação, enquanto presente-passado, é vivência interior na qual a identidade do eu, ou melhor, a ipseidade, unifica os diversos tempos sociais em que comparticipa. (CATROGA, 2009: 12)

Sendo assim, a formação do homem e de sua identidade dependem da relação por ele mantida com os valores da sociedade ou do grupo em que está inserido, bem como daqueles que constrói para si, partindo da experiência de vida. Por esse viés se explica a subjetividade humana, pois o indivíduo, apesar de ter sua parcela de individualidade, está sempre tão envolvido com a sociedade da qual faz parte, que características determinantes de sua essência estarão identificadas com a vivência em grupo e não consigo mesmo.

E, se é da junção das diversas memórias que se constrói a identidade coletiva, bem como a ipseidade, naturalmente ambas serão originadas também do esquecimento. Afinal, memória e esquecimento estão lado a lado na conformação da história de toda a humanidade, determinando escolhas, caminhos, ideologias, etc. Para Catroga (2009:19), as duas se exigem reciprocamente e, “se a vida é impossível sem a primeira, nem que seja ao nível da sua acção como proto-memória ou como *habitus*, ela seria igualmente impossível sem o esquecimento”. O esquecimento termina por fazer parte, de certa forma, da memória, pois, como bem definiu Fernando Catroga, ele é a *presença da ausência* (CATROGA, 2009:16). Portanto, a toda memória atrela-se um esquecimento, pois memória e esquecimento são escolhas, algumas vezes inconscientes, outras não.

Quando nos referimos à atuação dos Institutos no fim do século XIX e início do XX, e à memória e o esquecimento vinculados a eles, isto é, se nos referimos à fundação da História e de sua escrita, é porque são evidentes alguns aspectos determinantes para a compreensão político-ideológica dos intelectuais e dessa história oficial fundada em benefício das “sociedades imaginárias” criadas a partir do desejo positivo de evolução, desenvolvimento e destaque intelectual. Destarte, na construção da memória e do esquecimento fundadores da identidade cearense, bem como da identidade nacional (se pensarmos no IHGB), encontram-se mescladas história e ficção, sendo as marcas do tempo bastante claras, pois os intelectuais buscavam fundar a história de modo a ressaltar características positivas dos grupos sociais retratados. Esse entendimento da construção da memória e do esquecimento é semelhante à definição daquele paradigma a que Paolo Rossi chamou *artista da memória*, sendo este “o intérprete da realidade do universo e do seu destino, o possuidor da ‘chave universal’ que está escondida e assim deve permanecer para os mortais comuns” (Rossi, 2010:18).

Aqui se evidencia a questão do poder de quem determina a memória e o esquecimento adstrito a algo, pois o *artista da memória* limita ou expande o acesso ao conhecimento. É por

isso que quem primeiro domina o saber tem em suas mãos o poder de transformar, conduzir, fundar.

E se, a seu modo, memória e esquecimento seguem lado a lado, como iguais em importância e em reciprocidade, pois são interdependentes, até certo ponto a memória tende a se sobrepor, pois o esquecido que constrói é realmente relegado ao olvido. É como sustenta Catroga (2009: 20): “a memória (subjectiva e/ou colectiva) tende a olvidar-se do esquecido que constrói”.

E esta termina por ser uma das formas de surgimento das identidades coletivas, pois a memória e o esquecimento ganham enorme força na dinâmica da sociedade que de conhecimento externo torna-se inconsciente coletivo. Daí provém a imagem construída dos povos nativos do Ceará, pela qual a população “recebe” da elite letrada informações marcadas ideologicamente, seguindo as tendências intelectuais da época e o desejo da sociedade provincial de aparentar desenvolvimento e modernidade, chegam as ideias a se arraigar de tal forma que ganham a condição de inconsciente coletivo. Portanto, aquilo que foi difundido por um pequeno grupo ganhou ares de *verdade histórica*.

Essa pretensa verdade teve por consequência o desaparecimento, melhor dizendo, o apagamento ideológico de um importante elemento cultural da sociedade cearense. Afinal, o homem do Ceará recebeu dos povos nativos e mantém com estes profunda afinidade cultural¹⁹.

Não podemos tratar a questão do ponto de vista das perdas culturais nem supor que outra identidade teria a sociedade cearense, caso os povos nativos tivessem estado sempre presentes e atuantes no convívio e (auto)reconhecimento da população.

Como se sabe, a história se constrói através de escolhas, de seleção, portanto, de memórias e esquecimentos, sendo estes igualmente importantes, uma vez que ambos determinam a trajetória do processo histórico. As consequências da memória e do esquecimento, no caso dos nativos do território cearense, se fazem sentir na percepção/compreensão de como é o espectro da sociedade local; e não identificamos melhor forma de atingir esse entendimento do que através da historiografia cearense. A produção historiográfica nos possibilita observar o alcance das escolhas e construções ideológicas de uma sociedade. Então, no caso, por ela chegamos a um possível diagnóstico da idealização da sociedade cearense sobre si mesma.

3. A imagem dos povos nativos difundida na produção historiográfica do Ceará na primeira metade do século XX: sob a influência da produção do Instituto do Ceará.

Na historiografia cearense, estabelecendo uma divisão minimalista, distinguimos o que podemos chamar de produção historiográfica tradicional, onde encontramos os autores mais

¹⁹ Ressaltemos o vocabulário, a alimentação, o comportamento, entre outros aspectos tão arraigados e por isso mesmo indissociáveis do ser cearense.
Fortaleza, v. 11, n. 21 - janeiro/julho de 2020

antigos a tratar de temas cearenses. Muitos dos referidos autores eram profundamente ligados ao Instituto do Ceará e seguidores de um modelo positivo de história, que difere da historiografia mais recente, produto das instituições de ensino superior instaladas no Ceará²⁰. As diferenças consistem fundamentalmente na abordagem feita dos povos nativos, na qual temos o distanciamento, a extinção ou assimilação dos nativos de um lado; e do outro uma diversidade de pensamento, uma consciência mais apurada da influência étnica e, com o passar dos anos um amadurecimento de pesquisas, estudos, e também da resistência dos povos indígenas no Ceará.

Entretanto, a identidade cearense abordada nestas páginas foi a que surgiu como consequência da história, memória e esquecimento instituídos pelo Instituto do Ceará, ou seja, a vinculada à historiografia tradicional.

Dessa historiografia podemos citar, por exemplo, Tristão de Alencar Araripe, que justificou a extinção dos diretores indígenas no Ceará pela impossibilidade de manutenção dos índios sob ordenação diferenciada do restante da população da província, alegando que a experiência indígena no Ceará era muito diferente daquela de outras províncias, como Goiás, Mato Grosso e Amazonas. Segundo Araripe (1867: 90), o caso dos indígenas do Ceará foi fundamentalmente de assimilação, por incompatibilidade da política de manutenção da ordem entre os nativos do território brasileiro e os do território cearense.

Além de Araripe, outros autores estão vinculados a essa tendência da historiografia tradicional. Raimundo Batista Aragão publicou a *História do Ceará* (ARAGÃO, s/d), dividida em cinco volumes, cujo intuito parece ser ao mesmo o tempo da singeleza de um compêndio para o público estudantil e o da profundidade de arrogar para si a condição de quem preencheu as lacunas da História do Ceará (ARAGÃO, s/d:8). Do primeiro volume, no capítulo oitavo, cujo título é “Resistência Indígena ao Povoamento do Ceará”, ao referir-se à opressão branca e à redução indígena em aldeamentos, o autor afirma:

Esse processo de redução ou extinção, como seria o mais correto, dos índios tidos como nocivos à paz que se desejava implantar na Capitania, deve ser considerado como um dos meios menos cruéis de limpar das terras cearenses o vandalismo selvagem, porém não o mais aconselhável em sua extensão social. Era sobretudo hostil e desumano e além disso nada produzia em benefício dos fins politicamente declarados, pois, o índio, tanto lá quanto cá, teria a mesma disposição ardua de integração ao convívio disciplinar. Os maiores reflexos, então, de rebeldia nativa, consistia na presunção legítima de posse da gleba, prerrogativa da qual só a morte seria capaz de afastar os indígenas do sagrado direito de expulsar os invasores brancos. (ARAGÃO, s/d: 134)

A opinião de Batista Aragão demonstra clareza do abuso de poder do invasor branco, entretanto, tende igualmente à ideia de extinção por assimilação. Portanto, mesmo reconhecendo as medidas abusivas e o direito dos indígenas de se oporem à disciplina imposta pelo

²⁰ Relembramos que a primeira Instituição a fazer frente à produção historiográfica do Instituto do Ceará foi a Universidade Federal do Ceará.

colonizador, justificadas pelo interesse de posse territorial por parte do invasor, o autor compreende como extintos os povos que, de uma forma ou de outra, se relacionaram e assimilaram a lógica de trabalho e de convívio social do homem branco. Deste modo, permanece o suposto de estagnação na experiência sociocultural do indígena, sendo a outra alternativa a extinção por assimilação com estabelecimento de contato e aceite do modo de vida do civilizado, enquanto para o invasor há a ideia de progresso e de evolução sociocultural²¹.

E, no capítulo XIII, quanto à miscigenação e seus benefícios para o homem cearense, Batista Aragão atribui a fortaleza do cearense à mestiçagem (s/d:253), que foi igualmente, na historiografia antecedente, tanto vilã, quanto heroína. Se teve sentido absolutamente pejorativo anteriormente, com a manipulação de ideias necessárias à construção de uma imagem de força e valentia para o homem local (dois atributos responsáveis pela resistência às adversidades da natureza), as impressões atribuídas à mestiçagem ganham destaque com a valorização de características supostamente atreladas a ela, como é o caso da força e da resistência do mestiço cearense.

Em 1931, Cruz Filho publicou *Historia do Ceará - resumo didactico*²². Em nota preliminar, o autor expõe as pretensões que o motivaram: o “intuito, ao redigi-lo, teve por escopo exclusivo prestar um serviço útil á mocidade cearense, que nelle aprenderá a amar e venerar a nossa terra, tão grande e tão infortunada pelos flagellos das secas” (CRUZ FILHO, 1931:4).

Escrevendo sobre a história local, Cruz Filho demonstra cuidado em estabelecer uma ligação entre esta e a história do Brasil, a demonstrar sua percepção de que o Ceará, mesmo consideradas as peculiaridades, faz parte de uma nação; portanto, há na escrita de Cruz Filho a questão da identidade, do sentimento de pertença ao Ceará e ao Brasil. Ainda na nota preliminar, o autor afirma ter tentado “estabelecer ligações entre os factos da historia geral do paiz e os da historia local, fazendo avultar a unidade delles e a das aspirações do povo brasileiro em toda a extensão territorial” (1931:5). Aspecto interessante dessa obra é a indicação das fontes recorridas em nota informativa, demonstrando preocupação com o rigor científico e com a apresentação da verdade histórica.

No que respeita aos povos nativos, encontramos passagens condizentes com a postura adotada pelos autores responsáveis pela historiografia cearense desde o princípio, no século XIX, até o terceiro quartel do século XX. Logo no início do capítulo III, intitulado “As Tribus selvagens do Ceará”, Cruz Filho faz referência à extinção dos índios cariri, quando afirma que estes já pareciam completamente extintos no Brasil, tendo antes habitado região compreendida entre Bahia e Maranhão e, desta nação cariri, somente os Tremembé habitavam as praias do

²¹ Cf. ARAGÃO, s/d:186.

²² CRUZ FILHO. *Historia do Ceará - resumo didactico*. São Paulo: Comp. Melhoramentos de S. Paulo, 1931. *Fortaleza, v. 11, n. 21 - janeiro/julho de 2020*

Ceará (1931:30)

No capítulo IV, “Ethnographia Indigena”, faz referência aos índios atribuindo-lhes uma parte da responsabilidade pelo caldeamento da população cearense ao supor ser “a cabeça chata dos mestiços cearenses um vestígio de sua procedência das tribus da nação *Cariry*, dominadora dos nossos sertões” (CRUZ FILHO, 1931: 40)²³. Além desta, há outra passagem na qual faz alusão à mestiçagem e à extinção dos nativos. No capítulo X, “Povoamento do Solo”, após rápida observação sobre as guerras como forma de extermínio dos indígenas, o autor afirma:

As calamidades das seccas não menos collaboraram na extinção dos aborigenes, bem assim as molestias infecciosas transmittidas pelos conquistadores, entre as quaes sobresae a variola, que chegou a despovoar aldeias inteiras. Escravizados pelos exploradores, sujeitos por elles a trabalhos penosos, submettidos á vida sedentaria, tão contraria á sua natureza de povos nomades, foram os selvagens rareando no interior e cruzando-se com os colonizadores; da fusão resultou a actual população mestiça do Ceará. Na formação da sub-raça entrou o elemento negro da Africa numa proporção apenas de 8,65 por cento, por isso que a exportação de escravos para o territorio da capitania cearense foi reduzida. (CRUZ FILHO, 1931:80)

Assim, abordando a questão da miscigenação e associando-a também à extinção dos selvagens, Cruz Filho perpetua o apagamento dos indígenas da historiografia cearense. E, ao finalizar o derradeiro capítulo, intitulado “O Ceará actual”, Cruz Filho afirma a força do cearense, sem mencionar mais a questão da miscigenação e atribuindo-lhe pertinácia ao enfrentamento das dificuldades da natureza (CRUZ FILHO, 1931:218).

A *Pequena História do Ceará*²⁴, de Raimundo Girão, foi prefaciada por Thomaz Pompeu Sobrinho que destacou a importância desta primeira tentativa de síntese da história do Ceará, bem como o zeloso trabalho do autor. A qualidade desse trabalho de Girão recebeu parecer do Presidente do Conselho Estadual de Educação, professor Filgueiras Lima, que ressalta o reconhecimento do tipo de história que se deveria ensinar nas escolas cearenses da segunda metade do século XX (GIRÃO, 1953: 8). Desse modo, temos um indicativo da identidade do cidadão cearense, herdeiro da historiografia construída e difundida pelo Instituto, até então o maior difusor da história do Ceará. Na introdução do livro, Raimundo Girão enumera as principais fontes para estudo da história do Ceará, desde os primeiros documentos: a *Relação do Maranhão*, *Jornada do Maranhão* e *Relação do Siará*, passando pelas coletâneas documentais publicadas na RIC e livros publicados por outras editoras não relacionadas ao IC.

Do ponto de vista metodológico, o livro de Raimundo Girão merece o maior destaque. Naquelas páginas o autor aponta as referências a cada capítulo, não só como bibliografia no fim do texto, mas indicando ao longo da escrita as que lhe serviram de fundamento na feitura do livro.

²³ Idem, p. 40.

²⁴ GIRÃO, Raimundo. *Pequena História do Ceará*. Fortaleza: Editora A. Batista Fontenele, 1953.
Fortaleza, v. 11, n. 21 - janeiro/julho de 2020

Se voltarmos à análise relativa aos nativos, Girão somente comenta o indispensável e, portanto, os povos originários ficam “confinados” nos capítulos iniciais, com pouca ou nenhuma referência direta à miscigenação e à contribuição destes na formação do homem cearense. Raimundo Girão parece sugerir nas entrelinhas que referidos povos ficaram no alvorecer da história do Ceará, daí não dispensar a esta parcela fundadora da identidade cearense mais do que um papel de relativa importância na fase colonial pretérita.

Carlos Studart Filho também escreveu sobre os nativos nas *Páginas de História e Pré-História* (STUDART FILHO, 1966), livro este publicado pelo Instituto do Ceará. Deste, pouco ou nada escapa a respeito dos indígenas que fizeram parte do passado cearense. É oportuno lembrar que a obra de Studart Filho, estudioso dos homens da terra, defende a tese da extinção indígena decretada em 1861.

É inegável a contribuição de Studart Filho para a historiografia cearense, especialmente no respeitante aos estudos sobre os povos nativos. Ao lado de Pompeu Sobrinho, Studart Filho foi dos pesquisadores que mais se dedicaram à temática indígena. Mas, nenhum dos dois faz alusão à presença de índios no Ceará dos séculos XIX e princípios do XX, período de atuação mais forte do Instituto. Para ambos, parece reinar a ideia da extinção ou assimilação dos nativos pelo restante da sociedade. Carlos Studart Filho faz alusão à assimilação em, pelo menos, dois trechos da obra em questão. Num primeiro momento, referindo-se ao fim da guerra dos bárbaros, assegura:

Remanescentes de tribos destroçadas pelos brancos reúnem-se em povoados estáveis sob a proteção eficiente de clérigos de várias congregações religiosas. Tais aldeamentos, que marcam, de fato, o término da Guerra-dos-Bárbaros, foram, porém, criados em épocas assaz diversas. Assim, não é possível fixar a data provável em que teve fim a terrível contenda que tão caro havia custado aos dois grupos adversos. Verdadeiro conflito étnico, ela quebrou, para sempre, a resistência dos gentios e lhes marcou o mais inglório dos ocasos que é o finar-se um povo na escravidão. (STUDART FILHO, 1966: 116)

Adiante, referindo-se aos nativos após o término da rebelião de 1713, Studart Filho sentencia:

Estava para sempre morto o sentimento de altivez e rebeldia do nativo cearense. Encerrara-se a fase heróica da resistência armada dos filhos da terra aos invasores brancos. Atritos armados e sangrentos, envolvendo o silvícola, haveriam de entenebreecer por dilatado período o ambiente social do Ceará. Desassossêgo e insegurança inquietariam, dêsse modo, pelo tempo em fora, os lares sertanejos. Tais lutas já não eram, porém, oriundas dos velhos ódios separadores de brancos e índios que recrudesciam. Resultavam antes do choque de interesses políticos, sociais ou econômicos, surgidos no próprio seio da comunidade luso-brasileira aqui radicada. O elemento indígena pelejaria nesses conflitos apenas integrando qualquer das parcialidades que se digladiavam, nunca porém como grupo independente agindo por iniciativa própria. (STUDART FILHO, 1966: 133)

Portanto, o estudioso defende a assimilação dos indígenas, primeiro com as missões e

aldeamentos, depois com a aceitação, tomada para si, da cultura da sociedade civilizada.

Há outros nomes dessa chamada historiografia cearense tradicional, entretanto, acreditamos que os mencionados já nos dão uma boa ideia de quem é o homem cearense cuja imagem foi construída pelos intelectuais que alicerçaram a História do Ceará. Um homem miscigenado, porém sem traços que denigam sua imagem de civilizado. Os nativos? Para a história fundada, principalmente pelos associados do Instituto do Ceará, iniciada no século XIX e mantida pelos letrados que os sucederam e conservando a maior parte do pensamento oitocentista, os indígenas do território ficaram para trás. Foram extintos por lutarem contra a ordem imposta pelo homem civilizado, isto é, dizimados; ou foram assimilados pela sociedade dita civilizada, ao seguirem as regras desta, quer dizer, tidos por extintos porque assimilados.

Enfim, a historiografia disponível, desde o século XIX até o último quartel do século XX, confirma a extinção decretada em 1861. Assim, desde 1861 se constrói o sentimento de pertença do homem do Ceará, mas uma autoidentificação desprendida de um dos elementos mais importantes do ponto de vista cultural e étnico: o nativo.

REFERÊNCIAS:

ARAGÃO, Raimundo Batista. **História do Ceará**. Fortaleza: Imprensa Oficial, s/d.

ARARIPE, Tristão de Alencar. **História da Província do Ceará: desde os tempos primitivos até 1850**. Fortaleza: Edições Fundação Demócrito Rocha, 2002 (Coleção Clássicos Cearenses, v. 5)

AUGÉ, Marc. **As Formas do Esquecimento**. Almada: Íman Edições, 2001.

BLOCH, Marc. **Memória coletiva, tradição e costume: a propósito de um livro recente**. In: BLOCH, Marc. **História e Historiadores: textos reunidos por Étienne Bloch**. Lisboa: Editorial Teorema, 1998.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o Ofício do Historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade. Lembranças dos velhos**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1971.

CATROGA, Fernando. **Os passos do homem como restolho do tempo: memória e fim do fim da história**. Coimbra: Edições Almedina, 2009.

CRUZ FILHO. **Historia do Ceará - resumo didactico**. São Paulo: Comp. Melhoramentos de S. Paulo, 1931.

GADAMER, Hans-Georg. *Kleine Schriften*. 1. Philosophie Hermeneutik, Tübingen, 1967 apud RICOEUR, Paul. **Interpretações e Ideologias**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1990.

GIRÃO, Raimundo. **Pequena História do Ceará**. Fortaleza: Editora A. Batista Fontenele, 1953.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

KOSELLECK, Reinhart. **Historia de los conceptos y conceptos de historia**. Ayer, nº 53, 27-45, 2004.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 4. ed. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 1996 (Coleção Repertórios).

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. **A História, cativa da Memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais**. *Rev. Inst. Est. Bras.*, São Paulo, 1992, nº 34, pp. 9- 24.

NORA, Pierre. **Mémoire Collective**. In: LE GOFF, Jacques (org.). **La Nouvelle Histoire**. Paris: CEPFL, 1978.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. *Estudos Históricos*. Volume 2, número 3. Rio de Janeiro: CPDOC, 1989, pp. 3-15.

RODRIGUES, José Honório. **A pesquisa histórica no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional; MEC, 1978. (Coleção Brasileira).

RICOEUR, Paul. **A Memória, a História, o Esquecimento**. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

ROSSI, Paolo. **O passado, a memória, o esquecimento – seis ensaios da história das ideias**. São Paulo: UNESP, 2010.

STUDART FILHO, Carlos. **Páginas de História e Pré-História**. Fortaleza: Editora “Instituto do Ceará”, 1966.